DIREITOS FUNDAMENTAIS
EXAME / TURMA NOITE / 20.01.22 / 19:00
Tópicos de Correção

Cotações: I = 8 (4 x 2); II = 6; III = 4 (+ 2 redacção e sistematização)

I

Em resposta às questões do primeiro grupo, o examinando deve:

- a) Esclarecer que a variável Re diz respeito a fiabilidade das premissas empíricas que estão subjacentes ao conflito normativo; afirmar que a respectiva notação se faz através de uma escala geométrica decrescente e explicar porquê;
- b) Mencionar que as normas de conflitos (que directamente resolvem um conflito normativo) podem entrar elas próprias em conflito e que as de segundo grau são as que resolvem estes conflitos primários; dar exemplos (nomeadamente no direito português);
- c) Referir que na estrutura analítica do «claim-right» a acção está do lado do sujeito primário, que tem o dever de agir ou de omitir; referir também que a posição jurídica a que chamamos «direito» está alocada ao sujeito correlativo;
- d) Enunciar um conteúdo como «quanto maior for a perda numa determinada norma, maior tem de ser o ganho na norma conflituante»; referir que a referida «lei» é uma das normas da proporcionalidade (e especificamente da proporcionalidade em sentido estrito);
- e) Explicar que a correcção da afirmação depende do tipo de concretização realizado, explicando que será sempre uma restrição quando a definição do significado do termo constitucional concretizando diminua o alcance semântico máximo que esse termo pode ter.

II

No comentário à frase, o examinando deve:

- Referir o que comumente se entende por direitos absolutos; tomar partido sobre a existência de direitos absolutos; dar exemplos, no caso de entender que os mesmos existem enquanto tal; abordar o problema da derrotabilidade das normas de direitos fundamentais; analisar a relação da derrotabilidade com a eventual natureza absoluta de certos direitos fundamentais; concordar ou discordar da afirmação final segundo a qual as interferências com direitos absolutos nunca são constitucionalmente justificáveis.

III

Em resposta às questões do terceiro grupo, o examinando deve:

- a) Mencionar os argumentos que justificam um entendimento positivo e referir os que fundamentam o entendimento contrário; tomar partido e explicar porquê; em caso de resposta negativa, explicar qual o sentido que pode ter o artigo 16/1 da Constituição.
- b) Fazer referência ao facto de se tratar de uma norma administrativa e de estar em causa uma restrição à liberdade de iniciativa económica privada; analisar o problema da exigência de reserva de lei para restrições a direitos, liberdades e garantias;